

**HABEAS CORPUS Nº 477.576 - SP (2018/0293507-8)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : MARIA ALVES DA PAIXAO FRANCO**  
**ADVOGADO : MARIA ALVES DA PAIXÃO FRANCO - SP272710**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : MATHEUS MARCELO VIEIRA GALVAO (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MATHEUS MARCELO VIEIRA GALVAO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 26):

*“Habeas Corpus” – Revogação da prisão preventiva ou substituição da custódia cautelar por outras medidas – Decisão do MM. Juízo que se fundamentou no caso concreto – Excepcionalidade do cabimento da liberdade provisória às hipóteses do tráfico de drogas, ante a inegável gravidade concreta do delito – Eventuais condições pessoais favoráveis que, por si só, não afastam a necessidade da custódia cautelar – Presentes os requisitos necessários para a segregação cautelar, sua manutenção é de rigor – Ausência de constrangimento ilegal – Ordem denegada.*

O impetrante requer, em suma, a revogação da prisão preventiva, com a alegação de ausência dos seus requisitos autorizadores, elencados no art. 312 do Código de Processo Penal e de desproporcionalidade da medida.

O paciente responde pela prática dos crimes tipificados no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A liminar foi deferida.

As informações foram prestadas.

O Ministério Público manifestou-se pela denegação da ordem.

Na origem, o processo n. 1500608-14.2018.8.26.0544 encontra-se na fase postulatória, com defesa prévia já protocolada, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 11/2/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A desproporcionalidade do regime em que cumprida a prisão não pode ser aferida antes da dosimetria da pena pela sentença, não cabendo, na via eleita, a antecipação dessa análise. A esse respeito: AgRg no RHC 77.138/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 02/02/2017, DJe 10/02/2017 e HC 360.342/SP, Rel. Ministra

MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016.

Posto isso, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão que indeferiu o pedido de revogação da prisão preventiva foi assim fundamentada (fls. 23/24 - com destaques):

*[...] .E, no caso dos autos, faz-se necessária a manutenção do réu no cárcere, não só para a garantia da ordem pública mas, também, aliado ao fato do acusado ter sido preso em flagrante com certa quantidade de substâncias entorpecentes.*

*De fato. Quanto ao pedido de liberdade provisória/revogação da prisão preventiva, a meu ver, é plenamente possível levar em consideração a gravidade do delito para justificar a garantia da ordem pública. Aliás, a garantia da ordem pública deve ser verificada pelo binômio: gravidade da infração e repercussão social.*

*Admitindo que se leve em conta a gravidade do delito para a decretação da prisão preventiva, está o magistério de Antônio Magalhães Gomes Filho, ressaltando, inclusive, que a gravidade é constatada pela natureza da pena abstratamente cominada e permite que, quanto a esse ponto da decisão, a motivação do juiz seja implícita ('A motivação das decisões penais', p. 221). A respeito do tema, a doutrina tem ensinado que: 'Não há dúvida de que certos tipos penais, como o latrocínio, o homicídio, o sequestro, o roubo, o tráfico de entorpecentes, os crimes sexuais e tantos outros nos quais a falta de escrúpulos, o desrespeito ao ser humano, a perversidade e a insensatez se fazem presentes, hão de merecer tratamento severo, impondo a segregação de seus autores, mesmo que seja para a preservação específica.' (Martins, Jorge Henrique Schaefer Direito Penal no futuro: paradoxos e projeções RT 773/446).*

*Os motivos apontados demonstram a necessidade imperiosa da custódia cautelar do autuado, conforme se infere dos dados originários dos autos, presentes as hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, como já analisado anteriormente às fls. 27-28, em audiência de custódia, pelo que não merece o averiguado, ao menos neste momento, a benesse pretendida.*

*Indefiro o pedido. [...].*

Como se vê, ainda que o decreto prisional tenha apresentado fundamento concreto, evidenciado certa quantidade de substâncias entorpecentes, a quantidade apreendida não é expressiva, tratando-se de 169

porções de crack, totalizando 35,5 gramas e 18 porções de cocaína, totalizando 8,3 gramas.

Assim, para evitar o risco de reiteração delitiva, suficiente é a imposição das seguintes medidas cautelares penais diversas da prisão processual: (a) apresentação a cada 2 meses, para verificar a manutenção da inexistência de riscos ao processo e à sociedade; (b) proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, vinculando a acusada ao processo; e (c) proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico e outras atividades criminosas, como garantia à instrução e proteção contra à reiteração criminosa; tudo isso sem prejuízo de eventual fixação de outras medidas cautelares pelo Juízo de origem, desde que devidamente fundamentadas, além da decretação da prisão, com fundamento exclusivo em fatos novos.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para a soltura do paciente MATHEUS MARCELO VIEIRA GALVAO, a fim de determinar o cumprimento da medida cautelar de apresentação a cada 2 meses, proibição de mudança de domicílio sem prévia autorização judicial, e proibição de ter contato pessoal com pessoas envolvidas com o tráfico de drogas e outras atividades criminosas; o que não impede a fixação de outras medidas cautelares diversas da prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 11 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
Relator